

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2019, a Santander Corretora de Seguros atingiu um patrimônio líquido no montante de R\$3.208 milhões (31/12/2018 - R\$2.759 milhões). Em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$452 milhões (31/12/2018 - R\$367 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais da Santander Corretora de Seguros atingiram R\$5.251 milhões (31/12/2018 - R\$3.004 milhões, representados principalmente por instrumentos de patrimônio no valor de R\$2.294 milhões (31/12/2018 - R\$1.666 milhões), investimentos em controlada e controlada em conjunto de R\$564 milhões (31/12/2018 - R\$529 milhões) e ativos fiscais no valor de R\$231 milhões (31/12/2018 - R\$318 milhões). As provisões da Santander Corretora de Seguros em 31 de dezembro de 2019, atingiram o valor de R\$117 milhões (31/12/2018 - R\$105 milhões).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018		Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Disponibilidades	3	945	2.891	Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		10.215	3.995
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		2.295.470	1.667.086	Outros passivos financeiros		10.215	3.995
Instrumentos de dívida		1.361	1.284	Outros Passivos Financeiros		1.815.577	-
Instrumentos de patrimônio	5	2.294.109	1.665.802	Outros Passivos Financeiros	24	1.815.577	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		177.239	328.195	Provisões	12	117.398	104.885
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	4	152.549	162.450	Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares		7.138	-
Instrumentos de dívida a clientes	6	24.690	165.745	Provisões para processos judiciais e administrativos, compromissos e outras provisões		110.260	104.885
Outros Ativos Financeiros		1.809.624	-	Passivos Fiscais		69.973	129.845
Outros Ativos Financeiros	24	1.809.624	-	Correntes		21.934	26.264
Participações em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto		7	564.413	Diferidos	13.c	48.039	103.581
Ativo Tangível	8	63.800	68.807	Outras Obrigações	14	29.710	6.711
Ativo Intangível	9	54	54	Total do Passivo	15	2.042.873	245.436
Ativos Fiscais		230.516	317.647	Patrimônio Líquido		3.202.734	2.756.022
Correntes		193.949	158.680	Capital social		2.555.533	2.555.533
Diferidos	13.c	36.567	158.967	Reservas		647.201	200.489
Outros Ativos	10	109.050	90.165	Outros Resultados Abrangentes		5.504	2.538
Total do Ativo		5.251.111	3.003.996	Total do Patrimônio Líquido		3.208.239	2.758.560
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.251.111	3.003.996

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.555.533	-	(4.636)	(166.116)	2.384.781
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários - CPC 33		-	-	7.176	-	7.176
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(2)	-	-	(2)	-	-
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	366.568	366.568
Reserva Legal		10.023	(10.023)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	(149)	(149)	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos		95.140	(95.140)	-	-	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro		95.140	(95.140)	-	-	-
Outros		186	-	186	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.555.533	200.489	2.538	-	2.758.560
Saldos em 31 de dezembro de 2018		2.555.533	200.489	2.538	-	2.758.560
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Planos de Benefícios a Funcionários - CPC 33		-	-	2.980	-	2.980
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo nos Outros Resultados Abrangentes		-	-	(14)	-	(14)
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	451.551	451.551
Reserva Legal		-	22.578	-	(22.578)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(4.286)	(4.286)	(4.286)
Reserva para Equalização de Dividendos		-	212.344	-	(212.344)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro		-	212.344	-	(212.344)	-
Outros		-	(553)	-	-	(553)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.555.533	647.201	5.504	-	3.208.238

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras e outras informações

a) Contexto operacional

A Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços (Santander Corretora de Seguros) é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A (Parque), Vila Olímpia, São Paulo-SP, e é uma sociedade integrante do Conglomerado Santander.

As receitas da Santander Corretora de Seguros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão representadas, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 26. Adicionalmente, a Santander Corretora de Seguros comercialização de energia, inclusive na modalidade varejista, e prestação de serviços associados a gestão para o consumo de energia.

As Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 30 de março de 2020.

b) Base da apresentação das Demonstrações Financeiras

Essas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - (CFC). Todas as informações relevantes especificamente relacionadas às demonstrações financeiras da Santander Corretora de Seguros, e somente com relação a estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas pela Santander Corretora de Seguros em sua administração.

A Santander Corretora de Seguros é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do capital Social da Santander Corretora de Seguros. As normas destacadas acima não prevêm a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.

Adoção de novas normas e interpretações

A seguinte norma e interpretação é aplicável a Santander Corretora de Seguros:

- **IFRS 17 - Contratos de Seguros**

Em maio de 2017, o Conselho emitiu a IFRS para contratos de seguros que visa substituir a IFRS 4. A IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, afim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados e a apuração do patrimônio são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores da Santander Corretora de Seguros na elaboração das Demonstrações Financeiras. A Santander Corretora de Seguros faz estimativas e premissas que afetam os valores informados de ativos e passivos dos períodos futuros. Todas as estimativas e premissas requeridas, em conformidade com o IFRS, são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável.

Nas Demonstrações Financeiras, as estimativas são feitas pela administração da Santander Corretora de Seguros e da entidade em ordem para quantificar certos ativos, passivos, receitas e despesas e divulgações de notas explicativas.

• Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são discutidos nas notas 2.c e 2.e.

• Provisão para perdas sobre créditos são discutidos em detalhes na nota 2.i.

• Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não financeiros são discutidos em detalhes nas notas 2.j.

• A vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis são discutidos em detalhes nas notas 2.l.

• Outros ativos são discutidos na nota 2.m.

• Provisões, ativos e passivos contingentes são discutidos em detalhes na nota 2.n.

• Reconhecimento e realização de impostos diferidos são discutidos em detalhes na nota 2.r.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as Demonstrações Financeiras. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Risco de crédito de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente nos termos de custos e *compliance*, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating e expectativas dos investidores. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

Do ponto de vista econômico, o gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores na Santander Corretora de Seguros e nas diferentes unidades de negócios. Para este fim, a gestão do capital, o RAC (relatório no risco ajustado do capital) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são monitorados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. Dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital (Acordo da Basileia II), o grupo utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar todos os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordado pelo grupo.

A fim de gerir adequadamente o capital da Santander Corretora de Seguros, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo serviço de pesquisa econômica. Estas estimativas são utilizadas pela Santander Corretora de Seguros como referência para o plano de ações gerenciais (emissões, securitizações, etc.) necessários para atingir seus objetivos.

2. Políticas contábeis e critérios de apuração

As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Santander Corretora de Seguros estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação destas demonstrações.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram realizadas operações em moeda estrangeira.

b) Participações em Controladas em Conjunto

1. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto)

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a joint venture dependem da decisão unânime das empreendedoras. Nas demonstrações financeiras, as participações em entidades sob controle conjunto são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, participação da Santander Corretora de Seguros nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados. Informações relevantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pela Santander Corretora de Seguros são fornecidas na nota 7.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso.

c) Definição e classificação dos instrumentos financeiros

1) Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a Santander Corretora de Seguros e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade. "Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

c.2) Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como "Ativos não correntes mantidos para venda" ou se forem referentes a "Disponibilidades". "Derivativos utilizados como *hedge*" e "Investimentos em Coligadas", os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "Investimentos mantidos até o vencimento", controle conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "Ativos financeiros mensurados ao justo valor no resultado" ou como "Outros ativos financeiros ao justo valor no resultado".
- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** são mensurados ao custo amortizado no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas cumulativas por não recuperação, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento.

c.3) Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Disponibilidades": saldos de caixa e equivalentes de caixa.

- "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado": inclui os empréstimos concedidos pela Santander Corretora de Seguros, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor da Santander Corretora de Seguros, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguel e itens similares.
- "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.
- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pela Santander Corretora de Seguros, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.
- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento não consolidados estão incluídas nesta rubrica.

c.4) Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- **Passivo financeiro ao custo amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

c.5) Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.
- "Instrumentos de patrimônio": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de instrumentos de patrimônio para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas.

d) Captações, emissões e outros passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido ("derivativo").

A emissão de um instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio (derivativo de convertibilidade em ações ordinárias).

A emissão de "Notes" deve ser registrada em conta específica do passivo e atualizada de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do exercício, obedecendo ao regime de competência.

e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

e.1) Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A referência mais objetiva e comum para o valor justo em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros, é significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente, se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é o custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionais ou subtratos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado objeto de hedge em hedges de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A "Taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de renda fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de renda variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima da Santander Corretora de Seguros ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, a Santander Corretora de Seguros recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, caucões em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de compra, empréstimos de títulos e derivativos.

e.2) Mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

e.3) Reconhecimento de variações do valor justo

Como regra geral, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e "Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

f) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se a Santander Corretora de Seguros transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros, venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da compra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferido não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.
2. Se a Santander Corretora de Seguros retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido, ou venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

Investimentos em Controlada e Controlada em Conjunto

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais da Santander Corretora de Seguros mantêm investimentos em empresas controladas em conjunto no valor de R\$564 milhões (31/12/2018 - R\$529 milhões), sendo: R\$1 milhão (31/12/2018 - R\$1 milhão) na PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.; R\$406 milhões (31/12/2018 - R\$384 milhões) na Webmotors S.A.; R\$157 milhões (31/12/2018 - R\$144 milhões) na TecBan - Tecnologia Bancária S.A.; e R\$1 milhão na Hyundai Corretora de Seguros S.A.

Política de Distribuição de Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 30 de março de 2020.

A Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
RECEITAS			
Receitas com juros e similares	16	125.620	139.832
Despesas com juros e similares	17	(308)	(2.530)
Receita Líquida com Juros		125.312	137.302
Receitas de tarifas e comissões	18	759.280	542.264
Despesas de tarifas e comissões	19	(45.276)	(22.340)
Resultado de equivalência patrimonial	7	55.936	24.161
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	20	(200)	14
Ativos (Passivos) financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado Mantidos para Negociação		-	2
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		(134)	(31)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são montadas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos foram mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem processos judiciais e administrativos, relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que de acordo com a probabilidade de perda, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes não são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da entidade. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Corretora de Seguros.

Dado as incertezas decorrentes dos processos não é praticável determinar a época de saída de qualquer desembolso de caixa (desembolso financeiro).

n) Outras obrigações
Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

o) Remuneração baseada em ações
A Santander Corretora de Seguros possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance da Santander Corretora de Seguros; Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor pelo RORAC, comparação entre o realizado e o orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez de alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco Santander. A Santander Corretora de Seguros mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data de concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em ação
A Santander Corretora de Seguros mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data de concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, a Santander Corretora de Seguros considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em dinheiro
Para pagamentos de serviços em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), a Santander Corretora de Seguros mensura o valor justo dos serviços prestados e o correspondente passivo incorrido com base na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado. A Santander Corretora de Seguros reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecido no resultado do exercício. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em "outros passivos" em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, a Santander Corretora de Seguros baseada o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, a Santander Corretora de Seguros analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos ao final do período de carência.

p) Reconhecimento de receitas e despesas
Os critérios mais significativos utilizados pela Santander Corretora de Seguros para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

p.1) Receitas e despesas com juros e similares
Receitas e despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

p.2) Comissões, tarifas e itens similares
Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se os critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a fatos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.

- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.

- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

p.3) Receitas e despesas não financeiras
São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

p.4) Cobranças e pagamentos diferidos
Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

p.5) Taxas de contratos de empréstimo
Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo.

p.6) Impostos sobre renda
O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) calculada à alíquota de 9%, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

A despeza do IRPJ é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A despeza do imposto de renda é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mudanças nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Ativos fiscais classificados como "Correntes" são valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "Correntes" - são valores a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses.

As provisões fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Em virtude da alteração da alíquota da CSLL, as empresas do grupo fizeram a remensuração de seus créditos tributários e passivos diferidos pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

A expectativa de realização dos créditos tributários da Santander Corretora de Seguros está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, conforme demonstrado na nota 13.d.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas), portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos de renda.

3. Disponibilidades
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram considerados como Disponibilidades os saldos correspondentes aos depósitos bancários.

4. Empréstimos e outros valores com instituições de crédito
A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e outros valores com instituições de crédito" nos balanços patrimoniais é a seguinte:

Classificação:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	152.549	162.450
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito	152.549	162.450

Tipo:

	31/12/2019	31/12/2018
Certificado de depósitos bancários - CDB	3.002	7.337
Depósitos judiciais	149.502	155.068
Outras contas	45	45
Total	152.549	162.450

A nota 25.a contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

5. Instrumentos de patrimônio

Classificação:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.294.109	1.665.802
Instrumentos de patrimônio	2.294.109	1.665.802

Tipo:

	31/12/2019	31/12/2018
Ações de empresas fechadas	5.399	5.347
Fundos de investimentos	2.288.710	1.660.455
Total	2.294.109	1.665.802

6. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição
A composição dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais é a seguinte:

Classificação:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	24.690	165.745
Provisão para perdas por não recuperação (impairment)	(156)	(144)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	24.690	165.745
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	24.846	165.889

A nota 25.a contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

7. Participações em Controladas em Conjunto

Controlado conjunto
A Santander Corretora de Seguros considera os investimentos classificados como controle conjunto quando possuem acordo de acionistas nos quais define que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais exigem o consentimento unânime de todos os investidores.

a) Composição

	Participação em %	
	31/12/2019	31/12/2018
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros		
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda.		
(Hyundai Corretora de Seguros) (1)	50,00%	50,00%
(PSA Corretora de Seguros S.A.) (2)	50,00%	0,00%
Webmotors S.A. (3)	70,00%	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) (4)		
Outras Atividades	19,81%	19,81%
Investimentos		
31/12/2019	31/12/2018	
PSA Corretora de Seguros (1)	540	1.205
Webmotors S.A. (2)	126.440	103.945
TecBan (4)	94.155	81.658
TecBan - Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	62.433	62.433
Hyundai Corretora de Seguros S.A. (3)	935	-
Webmotors S.A. - Mais Valia (5)	279.910	279.910
Total	564.413	529.151

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros

Atividade País 31/12/2019 31/12/2018

Corretora de Seguros Brasil 50,00% 50,00%

Corretora de Seguros Brasil 50,00% 0,00%

Outras Atividades Brasil 70,00% 70,00%

Investimentos 31/12/2019 31/12/2018

540 1.205

126.440 103.945

94.155 81.658

62.433 62.433

935 -

279.910 279.910

564.413 529.151

Resultados de equivalência patrimonial			
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros			
PSA Corretora de Seguros (1)	657	464	
Hyundai Corretora de Seguros S.A. (2)	(66)	-	
Webmotors S.A. (3)	42.848	30.626	
TecBan (4)	15.937	(6.929)	
Total	52.496	24.161	

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros			
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	
PSA Corretora de Seguros (1)	1.081	1.313	
Hyundai Corretora de Seguros S.A. (5)	1.868	(132)	
Webmotors S.A. (2)	180.629	61.212	
Webmotors S.A. (2)	496.077	65.847	
TecBan (4)	679.655	128.240	
Total	1.767.011	249.230	

Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros			
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	
PSA Corretora de Seguros (1)	2.410	928	
Webmotors S.A. (2)	548.364	43.751	
TecBan (4)	727.363	(34.976)	
Total	1.678.137	477.703	

(1) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a PSA Services LTD.

(2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros e a Caresales com Investments PTY LTD.

(3) Ganho de capital apurado pela diferença entre o valor contábil do investimento e a avaliação ao seu valor justo.

(4) Empresas com defasagem de um mês para o cálculo de equivalência patrimonial. Para contabilização do resultado de equivalência patrimonial, utilizada em 31/12/2019 a posição de 30/11/2019.

(5) Sociedade constituída em 22 de julho de 2019.

b) Variação
As variações no saldo desse item nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	529.151	520.288
Adição/(alienação)	(307)	(750)
Resultados equivalência patrimonial	55.936	24.161
Dividendos propostos/recebidos (1)	(20.367)	(14.548)

8. Ativo tangível

a) Composição

	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação		
Custo	86.795	63.709
Acumulada	(23.086)	(8.887)
Total	63.709	54.822

Outras Imobilizações de Uso

	31/12/2019	31/12/2018
Imóveis e Equipamentos de Uso	34.112	24.739
Benefícios em Imóveis de Terceiros	169	77
Instalações	2	(2)
Sistemas de Transportes e Comunicações	42	(42)
Sistemas de Processamento de Dados	95	95
Total	87.103	87.103

b) Variações

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Saldo no início do exercício	87.103	87.103
Adições	-	91
Depreciação	(5.007)	(5.007)
Saldo no final do exercício	87.103	87.103

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

9. Ativo intangível - Outros ativos intangíveis

Referir-se a marcas e patentes, com custo de aquisição no valor de R\$54 (31/12/2018 - R\$54).

10. Outros ativos

A composição do saldo do item "Outros ativos" é a seguinte:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Atuarial - Fundo de Pensões (Nota 11)	34.112	24.739
Precatórios a Receber	62.785	57.341
Outros	12.153	8.045
Total	109.050	90.165

11. Provisões para fundos de pensões e obrigações similares

a) Plano de Pensão Complementar
A Santander Corretora de Seguros, patrocina juntamente com o Banco Santander, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev - Fundo Banepsa de Seguridade Social (Banesprev)
Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Santander Corretora de Seguros, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatórios e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamento Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 11.a.II)

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)
Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

III) Outros Planos
SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

No exercício de 2019, o valor apropriado pela patrocinadora como despesa relativo a Banesprev foi de R\$2.376 (31/12/2018 - R\$50) e para a SantanderPrevi o valor foi de R\$39 (31/12/2018 - R\$42).

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2019	31/12/2018
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(133.184)	(117.710)
Valor Justo dos Ativos do Plano	356.255	278.177
Sendo:		
Superávit	223.070	160.467
Valor não Reconhecido como Ativo	191.914	135.725
Ativo Atuarial Líquido (Nota 10)	31.157	24.739
Passivo Atuarial Líquido (Nota 12.b)	-	-
Contribuições Efetivas	-	1
Receitas (Despesas) Reconhecidas	2.376	1.935
Ganhos e Perdas Atuariais	24.957	-
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	88.512	(2.643)

(1) Inclui valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 11.a.II).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Receitas com juros e similares

A composição dos principais itens de juros e similares auferidos em 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	111.043	83.700
Certificado de Depósitos Bancários - CDB	303	4.777
Plano de Previdência	1.127	1.968
Empréstimos e adiantamentos a clientes	13	31.043
Outros juros	18.147	18.344
Total	125.620	139.832

17. Despesas com juros e similares

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Planos de previdência	-	958
Outros juros	308	1.572
Total	308	2.530

18. Receitas de tarifas e comissões

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Seguros	617.876	465.426
Outras tarifas e comissões	141.404	76.838
Total	759.280	542.264

19. Despesas de tarifas e comissões

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no ano, exceto aquelas que fazem parte da taxa de efeito líquido sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Despesas com ISSQN	19.363	13.273
Despesas de Serviços com Operações de Seguros	21.904	7.805
Outras tarifas e comissões	4.009	1.262
Total	45.276	22.340

20. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica, classificadas como ativos/passivos financeiros para negociação, está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Instrumentos de patrimônio	(135)	(7)
Outros	(65)	155
Total	(200)	148

21. Despesas com pessoal

a) Composição

A composição da rubrica "Despesas com pessoal" está demonstrada a seguir:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração direta	56.588	22.154
Encargos	16.347	5.993
Benefícios	22.486	11.113
Planos de pensão de benefício definido	416	388
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	119	42
Remuneração baseada em ações	5	-
Outras despesas de pessoal	705	645
Total	96.666	40.335

b) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

b.1) Plano de Compra de Ações

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

b.1.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados às suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	% de Ações Passíveis de Exercício
1 ^o	100%
2 ^o	75%
3 ^o	50%

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções do plano foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de "Vesting"	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R\$5,96

Em 2019, não foram registradas despesas "pro rata" dia (2018 - não foram registradas despesas), referentes aos planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) (2018 - não foram registradas despesas).

b.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não identificado.

(i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No exercício de 2019, foram registradas despesas no valor de R\$5 (31/12/2018 - receitas no valor R\$225), referente a provisão do plano de diferimento de ações.

(ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor líquido será pago 100% em 2018, indexado a 100% do CDI. No exercício de 2019, não foram registradas despesas ou receitas (2018 - despesas no valor de \$566).

22. Outras despesas administrativas

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Imóveis, instalações e materiais	1	257
Publicidade	272	3.411
Ajudas de custo e despesas de viagem	7.334	1.285
Tributos exceto imposto de renda	21	51
Convênio Operacional	32.615	33.762
Prêmios de seguros	25	38
Serviços técnicos especializados	3.720	5.549
Outras despesas administrativas	736	2.558
Total	44.724	46.911

23. Resultado na alienação de ativos não classificados como ativos não correntes mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2018, refere-se a prejuízo na alienação de investimentos no montante de R\$40. Em 2019, a rubrica não possui saldo.

24. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Segundo o IFRS 13, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

Nível 1: os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por títulos privados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1.

Nível 3: Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Santander Corretora de Seguros utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações não cotadas em bolsa que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

No apregamento dos instrumentos financeiro mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de Black-Scholes (opções de taxa de câmbio, opções de índice de taxa de juros, caps e floors) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, principalmente, por derivativos exóticos.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Santander Corretora de Seguros para apurar seu valor justo:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes

	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos de dívida	1.361	1.284
Instrumentos de patrimônio	52	5.347
Outros Ativos Financeiros	1.636.404	173.220
Outros Ativos Financeiros	-	1.636.404
Outros Passivos Financeiros	1.635.755	179.823
Outros Passivos Financeiros	-	1.635.755

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade da Santander Corretora de Seguros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, exceto empréstimos e recebíveis.

No mesmo sentido, os passivos financeiros de propriedade da Santander Corretora de Seguros exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros da Santander Corretora de Seguros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado:				
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito (nota 4)	152.549	152.549	162.450	162.450
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota 6)	87.392	87.392	223.288	228.708
Total	239.941	239.941	385.738	391.156

(1) Classificados como operações de Nível 2.

Operações de crédito - O valor justo é estimado por grupos de operações de créditos similares. O valor justo dos empréstimos foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa utilizando as taxas de juros dos novos contratos.

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros da Santander Corretora de Seguros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivo				
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:				
Outros passivos financeiros	10.215	10.215	3.995	3.613
Total	10.215	10.215	3.995	3.613

(1) Em 31 de dezembro de 2019 está representado substancialmente por depósitos judiciais e depósitos bancários.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

A Santander Corretora é contratada em operações de comercialização de energia elétrica no Mercado Livre, mercado este regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com o objetivo de negociar contratos de compra e venda de energia elétrica entre os diferentes agentes do mercado, incluindo geradores, consumidores e outras comercializadoras. Esses contratos estão classificados como outros ativos e passivos financeiros. Os montantes em 31/12/2019 estão demonstrados na nota 24.

	31/12/2019			
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano

	31/12/2019			
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano
Ativo:				
Disponibilidades	945	-	-	945
Instrumentos de dívida	-	-	1.361	-
Instrumentos de patrimônio	-	-	-	2.294.109
Outros Ativos Financeiros	-	975.834	271.363	562.427
Total	945	975.834	272.724	2.856.534
Passivo:				
Outros passivos financeiros	-	10.215	-	10.215
Outros passivos financeiros	-	968.609	269.599	557.369
Total	-	998.824	269.599	557.369
Diferença (ativo e passivo)	945	(22.990)	3.125	2.299.165

(1) Em 31 de dezembro de 2018 está representado substancialmente por depósitos judiciais e depósitos bancários.

Outros Ativos e Passivos Financeiros

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo controle interno que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

b) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

26. Transações com partes relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO da Santander Corretora de Seguros, realizada em 30 de abril de 2018, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2018, no valor máximo de R\$10, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A Santander Corretora de Seguros não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

b) Benefícios de Curto Prazo

A Santander Corretora de Seguros, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 21.b).

c) Benefícios de Curto Prazo

A Santander Corretora de Seguros é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores em 2018 e 2017, foram remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador, com os respectivos encargos atribuídos ao controlador.

d) Participação Acionária

A Santander Corretora de Seguros é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 7.184 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora (1)	relacionadas (2)	Controladora (1)	relacionadas (2)
Ativo	16.074	20.367	18.050	14.562
Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil	945	-	2.891	-
Banco Santander (1)	945	-	2.891	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes (3)	-	20.367	-	14.562
Webmotors S.A. (3)	-	20.353	-	14.548
Santander Holding Imobiliária S.A. (Atual Denominação Social da Webcasas S.A.) (3)	-	14	-	14
Empréstimos e outros valores com instituições de crédito - AFCA	3.002	-	7.336	-
Banco Santander (1)	12.127			